

A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO E O AGROHIDRONEGÓCIO NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA¹

THE TERRITORIALISATION OF SECTOR SUCROENERGETICO AND ITS AGROHIDRONEGOCIO IN TRIANGULO MINEIRO/ALTO PARANAIBA

Ricardo Luis de Freitas²
ricardodifreitas@yahoo.com.br

João Cleps Junior³
jcleps@ufu.br

RESUMO

Este trabalho visa contribuir para compreensão do desenvolvimento do agronegócio sucroenergético na Mesorregião Geográfica Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. As reflexões apresentadas decorrem de visitas e pesquisas em municípios e unidades de processamento na região. O trabalho tem como objetivo discutir o avanço do plantio de cana-de-açúcar, e a substituição de áreas anteriormente produtoras de alimentos básicos pela pequena agricultura. Desenvolvemos as reflexões com base nos conceitos e dinâmica do agronegócio e do setor sucroenergético, ampliando a compreensão da configuração do agrohidronegócio para maior entendimento das disputas territoriais entre o campesinato e a produção canavieira no espaço agrário regional. Com as recentes investidas das multinacionais ligadas à produção de *commodities*, o Brasil tem despertado interesse de grupos que encontram nesse território as condições ideais para a reprodução ampliada do capital. Além da terra, entra em disputa a apropriação da água.

PALAVRAS-CHAVE: Setor Sucroenergético . Agrohidronegócio. Disputas Territoriais. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

ABSTRACT

This work aims to contribute to energy development understanding on geographical mesoregion Triangulo Mineiro/High Paranaiba. The reflections presented result of visits and research on cities and region processing units. The study aims discuss the sugar cane plantation advance, and replacing areas previously basic food production by small farming. We developed the relections based on concepts and agribusiness dynamics and sucroenergetico sector, expanding the configuration understanding of agrohidroterritorio for greater understanding of territorial disputes between peasantry and sugar cane production on regional agrarian space. With the recent advances of multinacional linked commodities production, Brazil has attracted groups interest that are in that territory ideally to extended capital reproduction. In the land, enter water ownership into dispute.

KEY-WORDS: Sucroenergetico sector. Agrohidronegocio. Territorial Disputes. Triangulo Mineiro/Alto Paranaiba.

¹ Este trabalho apresenta os resultados parciais do projeto do “A Produção de agrocombustível: reprodução de capitais e impactos socioterritoriais em Minas Gerais” vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC, apoiado pelo CNPq no biênio 2011 - 2012, o qual objetiva contribuir para os estudos acerca da expansão recente da produção canavieira na Mesorregião Geográfica Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

² Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia e bolsista de Iniciação Científica financiada pelo CNPq.

³ Professor Adjunto – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Líder do Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais – NEAT e coordenador da pesquisa.

INTRODUÇÃO

A proposta aqui apresentada é discutir sobre o processo recente de expansão canavieira bem como o desenvolvimento do agrohidronegócio sucroenergético na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Nos últimos anos – 1990-2010 - investimentos, especialmente de capitais regionais tradicionais do setor e mais recentemente de investimentos estrangeiros, têm sido aplicados no território brasileiro, a efetivação do monopólio do território ocorre pela compra de terras e a busca pela titulação (legal ou grilada) e/ou por meio de contratos de arrendamento. Com as investidas das multinacionais ligadas à produção de *commodities*, o Brasil tem despertado interesse de grupos que encontram nesse território as condições ideais para a reprodução e aumento do lucro.

No contexto socioespacial, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba está inserida no centro do território denominado “Polígono do Agrohidronegócio” (Thomaz Jr.,2010). Especialmente nessa região, tem-se acompanhado o fortalecimento de áreas tradicionais pela cultura de cana-de-açúcar. Reconhecidamente, a região possui infraestrutura favorável à expansão agrícola pela sua logística de transportes para o escoamento da produção, pelas rodovias e portos exportadores interligando os principais centros industriais e de fronteira agrícola do país. Outro fator que merece destaque é a facilidade de acesso a água existente na região, contando com distribuição pluviométrica regular e disponibilidade de água para o desenvolvimento da produção de cana-de-açúcar.

Para construção deste trabalho, optamos por realizar uma revisão teórica de reflexões e conceitos adotados na Geografia que estudam a problemática recente da produção de agrocombustível. A partir do conceito de campesinato e agronegócio, desenvolvemos os estudos buscando o entendimento da conflitualidade do processo e o entendimento dos instrumentos utilizados pelo capital sucroenergético e as estratégias dos camponeses em busca de sua reprodução socioeconômica.

A metodologia para a elaboração deste trabalho teve como finalidade compreender as disputas e os desdobramentos da territorialização do setor sucroenergético na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Neste processo, encontram-se algumas barreiras, como a disputa por território pelos agricultores empresariais e os camponeses, fatores que têm merecido destaque para as pesquisas geográficas.

Neste sentido, as etapas para elaboração do trabalho encontram-se organizadas da seguinte maneira: na primeira parte da pesquisa, realizou-se a leitura de autores e de

conceitos fundamentais dos principais temas propostos para estudo, tais como: campesinato – OLIVEIRA (1991, 1996, 2001); BOMBARDI (2003); MARQUES (2008); SHANIN (1979, 2005), territorialização, agrohidronegócio– THOMAZ JR. (2008,2010), valorização de terras, arrendamento, e estrangeirização – FERNANDES (2010); SAUER; LEITE (2010), produção de agrocombustíveis - FABRINI (2010).

O estudo foi desenvolvido com base em dados secundários obtidos nas seguintes fontes: Sindicatos de Trabalhadores Rurais; Sindicato das Indústrias de Açúcar e Alcool de Minas Gerais – SIAMIG; Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE . Como fontes indiretas/secundárias, foram consultados: Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade - (AFES); Banco de Dados da Luta pela Terra - (DATALUTA); Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool de São Paulo -(CONSECANA); Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – (FIEMG); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (IBGE); União da Indústria de Cana-de-açúcar – (ÚNICA); União dos Produtores de Bioenergia - (UDOP).

As pesquisas de campo foram realizadas em unidades de processamento de açúcar e álcool na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com visitas e posteriormente a realização de entrevistas com funcionários das empresas. Também visitamos assentamentos rurais de Reforma Agrária para identificarmos os conflitos pela água.

O trabalho está organizado além dessa parte introdutória, em outras cinco. No primeiro item , discutimos sobre a territorialização do agronegócio no Centro-Sul do Brasil. No segundo, apresentamos a presença de capital estrangeiro financiando o agronegócio no campo brasileiro, por meio de compra de terras e arrendamentos. Em seguida, são analisadas as recentes transformações agropecuárias tendo como contexto a expansão canavieira no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. No quarto tópico, discutimos as disputas pelo território entre os camponeses e o agronegócio.

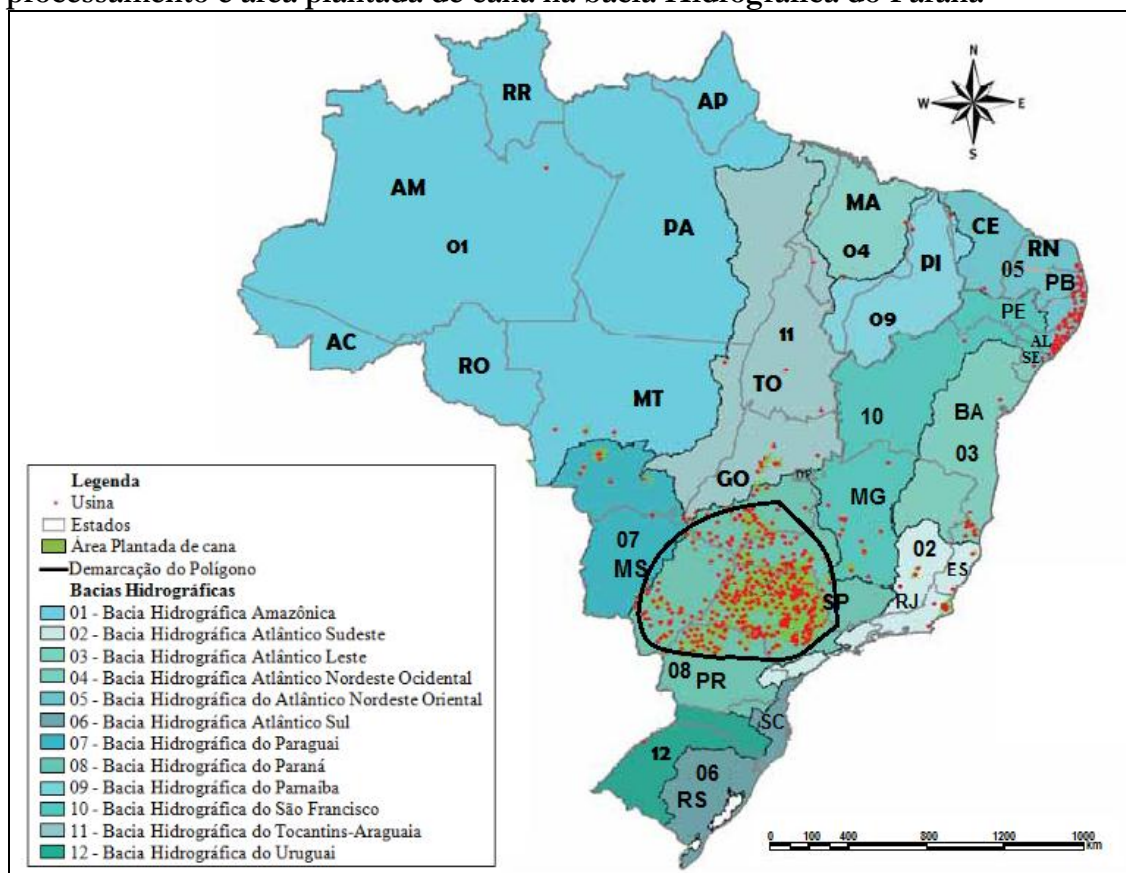
O AGRONEGÓCIO E SUA TERRITORIALIZAÇÃO NO CENTRO-SUL: O POLÍGONO DO AGROHIDRONEGÓCIO

Um elemento que vem recentemente ganhando ênfase nas discussões acadêmicas e políticas diz respeito a apropriação da água, seja ela subterrânea (aquíferos), superficial (rios) e/ou represadas (usinas hidrelétricas). A água que está sendo expropriada de centenas de milhares de trabalhadores, seja do campo ou da cidade, é resultado da avassaladora e destrutiva expansão do capital. É possível afirmar, uma vez que a água é utilizada para

abastecer sofisticados e engenhosos sistemas de irrigação das lavouras comerciais estabelecidas nessa região, destacando-se a soja, o milho e mais recentemente a cana-de-açúcar. O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba está inserido no centro do que Thomaz Jr. (2010) denominou de Polígono do Agrohídronegócio. Além da ocupação de terra pelo capital, há também uma apropriação dos recursos hídricos. Os territórios do polígono do agrohídronegócio estão sobre a bacia hidrográfica do Paraná, dentre eles destacam-se os territórios dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás e Minas Gerais.

Segundo a Agência Nacional das Águas – ANA (2012), a bacia Hidrográfica do Paraná, está ocupada por 62% da população nacional, e apresenta o maior desenvolvimento econômico do país. Com uma área de 879.860 Km², a região abrange os estados de São Paulo (25% da região), Paraná (21%), Mato Grosso do Sul (20%), Minas Gerais (18%), Goiás (14%), Santa Catarina (1,5%) e Distrito Federal (0,5%). Cerca de 54,6 milhões de pessoas vivem na região que abrange a bacia Hidrográfica do Paraná. A região possui a cidade mais populosa da América do Sul, São Paulo, com aproximadamente 11 milhões de habitantes. Outros importantes centros populacionais são: Brasília, Curitiba, Goiânia, Campinas, Campo Grande e Uberlândia. A maior parte de população se concentra nas unidades hidrográficas dos rios Tietê e Grande, que, juntas, correspondem a 62% da população total. ANA (2012).

Mapa 01 – Localização do Polígono do Agrohidronegócio: unidades de processamento e área plantada de cana na bacia Hidrográfica do Paraná



Fonte: Manual de Conservação e Reuso de Água na Agroindústria Sucroenergética, 2009.

Adaptado por: FREITAS, R. L., (2012)

No mapa 01, o território do agrohidronegócio compreende a bacia do Paraná (08) que recentemente acentuou o recebimento inúmeros investimentos tanto do governo federal e estadual e grupos estrangeiros. A criação de uma infraestrutura de transportes e proximidade dos maiores centros consumidores do país e as boas condições físicas naturais é o que tornar essa região atrativa aos investimentos dos capitalistas.

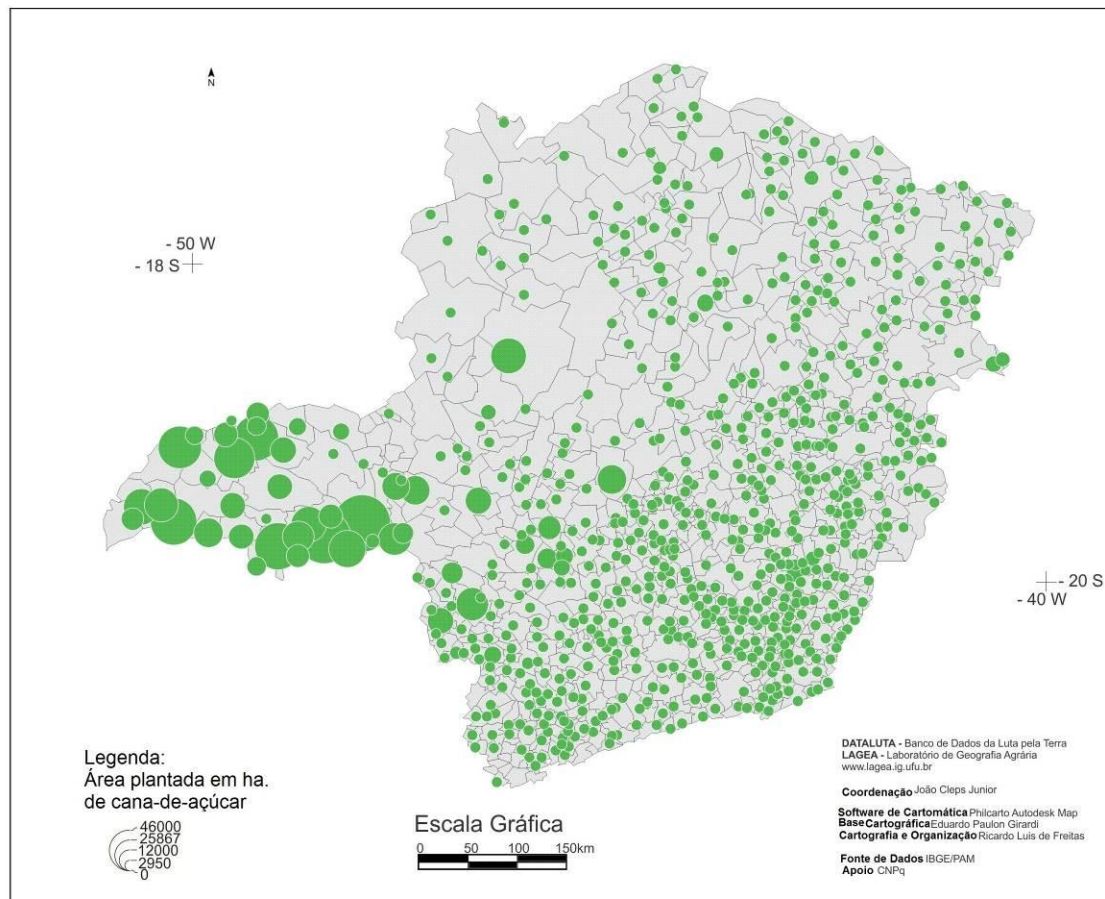
Para Thomaz Jr. (2010),

[...] nessa mesma área onde se consolida o projeto hegemônico do capital, que, mediante a combinação de seus interesses patrimoniais em relação à propriedade da terra e à logística produtiva e mercadológica, quando se põe em cena a garantia de acesso a água numa dupla ação privatizante [...] (TOMAZ JR. 2010, p. 99).

Assim, a Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem recebido investimentos públicos e privados para a construção de usinas hidrelétricas que é uma das formas de privatização da água. A localização das usinas sucroenergéticas e suas áreas plantadas estão nas proximidades dos principais cursos de água, Rio Paranaíba, Rio Grande e Rio Araguari.

A seguir, apresentamos o Mapa 02 da área plantada em hectare de cana-de-açúcar em 2010 no estado de Minas Gerais elaborado a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Mapa 02 – Minas Gerais – Área Plantada (ha.) de Cana-de-açúcar em 2010.

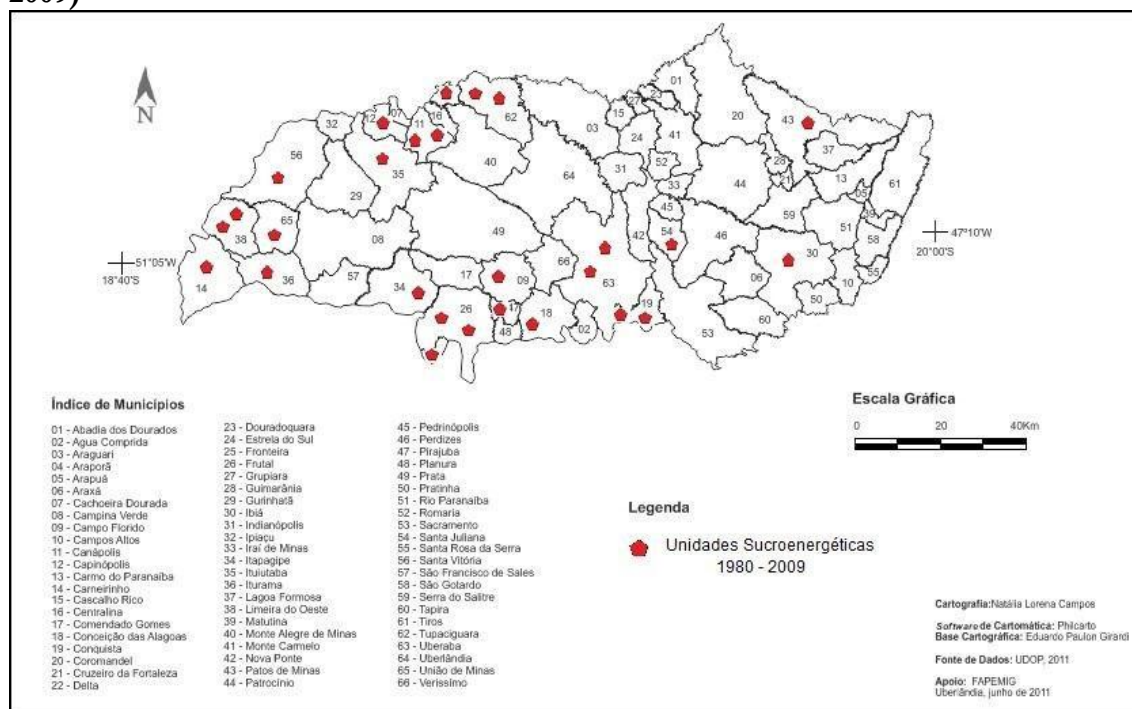


Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 2010.
Org.: FREITAS, R. L., 2012.

Conforme o mapa 02 no estado de Minas de Gerais, a área plantada concentra-se na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, especialmente nas microrregiões de Ituiutaba, Iturama e Uberaba. Além da área plantada de cana-de-açúcar outro elemento que temos que levar em consideração é a localização das unidades sucroenergéticas que é a base para a expansão desse ramo do agronegócio.

A seguir apresentamos o mapa 03, que representa as localização das unidades de processamento do agronegócio sucroenergético na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Mapa 03: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Unidades Sucroenergéticas (1980 - 2009)



Fonte: UDOP, 2011.

Org.: CAMPOS, N. L., 2011.

Ao acompanhar os investimentos oriundos do agrohidronegócio sucroenergético, verifica-se o fortalecimento das áreas tradicionais, assim como a delimitação de novas áreas. Para garantir sua territorialização, o agronegócio utiliza diversos instrumentos e estratégias, seja na busca pela titulação da terra (legal ou grilada), contratos de arrendamentos ou mesmo a compra de terras e a instalação de unidades de processamentos.

O CAMPO BRASILEIRO E A EXPANSÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO

No período recente, entra em cena nessa disputa territorial, os investimentos estrangeiros para aquisição de terras garantindo assim o território da produção da agricultura comercial. Sauer e Leite (2011) apontam que estudos do Banco Mundial revelam que “[...] o crescimento da produção agrícola e, conseqüentemente, das demandas e transações de compra de terras, se concentra na expansão de apenas oito commodities: milho, soja, cana-de-açúcar, dendê (óleo), arroz, canola, girassol e floresta plantada.” Sendo que a participação do Brasil se dá fundamentalmente nos três primeiros produtos.

A territorialização do capital, ou agricultura empresarial, se dá pela sua área plantada. Para Fernandes (2010), essa nova configuração de aquisição de terras nacionais

por estrangeiros, conta com a efetiva participação e apoio do Estado (Governo Federal e Estaduais, Ministério Público, Congresso Nacional e Ministérios).

A procura de novos territórios para a expansão da agricultura tem hoje uma nova característica. Empresas governos de diversos países estão arrendando, comprando, dando em arrendamento gigantescas áreas de terras [...] Os países arrendatários e/ou compradores de terra são predominantemente ricos, interessados na produção de agrocombustíveis e na produção de alimentos. Estão arrendando terras de países pobres, usando seus territórios para produzir alimentos e energia. Estado e capital explorando terras, pessoas e países não é novidade, mas agora além das empresas, os governos estão ainda mais envolvidos nos acordos que reforçam o neocolonialismo e consequentemente aprofundam as formas de dependência. (FERNANDES, 2010 p. 77-78).

Verifica-se uma mudança estrutural na matriz energética mundial e para atender países que não dispõem de áreas agricultáveis ou para poupá-las, os investimentos são realizados em diversos países como o Brasil. Ao observarmos os motivos que levaram ao aquecimento do mercado de terras movimentado pelos investimentos estrangeiros, verifica-se que isso ocorreu especialmente devido a alguns fatores:

a) demanda por alimentos, ração, celulose e outros insumos industriais, em consequência do aumento populacional e da renda; b) demanda por matérias-primas para os agrocombustíveis (reflexo das políticas e procura dos principais países consumidores), e c) deslocamento da produção de commodities para regiões com terra abundante, mais barata e com boas possibilidades de crescimento da produtividade. Já a caracterização dos atuais demandantes de terras no mundo: a) governos preocupados com o consumo interno e sua incapacidade de produzir alimentos suficientes para a população, especialmente a partir da crise alimentar de 2008; b) empresas financeiras que, na conjuntura atual, encontram vantagens comparativas na aquisição de terras e, c) empresas do setor agroindustrial que, devido ao alto nível de concentração do comércio e processamento, procuram expandir seus negócios. (SAUER; LEITE, 2011 s/p)

Como resultado desse processo, temos o acréscimo do valor da terra principalmente onde ocorre a demarcação de novas áreas para o plantio de cana-de-açúcar. “Em 2010, o preço da terra teve o maior aumento das últimas décadas (O Estado de S. Paulo, 06/02/2011)” Fernandes (2010). Em regiões onde o agrohidronegócio sucroenergético está em desenvolvimento e consolidação é notório a elevação do preço da terra. No que se refere ao processo de estrangeirização desempenhado pelo setor sucroenergético, temos como expoentes os grupos: Tereos Internacional e Louis Dreyfus Commodities (grupos franceses, primeiros a chegar, em 2000): Louis Dreyfus Commodities é controlador das usinas Luciânia, em Minas Gerais, Cresciumal e São Carlos, em São

Paulo; em fevereiro de 2007 comprou quatro usinas do grupo pernambucano Tavares de Melo, além de iniciar a construção de uma quinta unidade em Mato Grosso do Sul. Tereos Internacional, por sua vez, tem 6,3% de participação na COSAN (no mercado interno, vende principalmente etanol anidro e hidratado carburante por meio de distribuidores de combustíveis no Brasil. Entre esses distribuidores estão a Petrobras Distribuidora S.A., Shell Brasil Ltda., Cosan Combustíveis e Lubrificantes S.A (Rede Esso), Texaco Brasil S.A. Produtos de Petróleo, a Cia Brasileira de Petróleo Ipiranga, entre outros.), este índice que poderá se elevar, além de 47,5% na Franco-Brasileira de Açúcar (FBA) e 100% na Açúcar Guarani Cargill (americana): faturamento de 10,9 bilhões de reais no Brasil em 2006. Em junho de 2006, a companhia adquiriu por um valor estimado em R\$ 75 milhões o controle acionário da Central Energética do Vale do Sapucaí (CEVASA), usina localizada em Patrocínio Paulista, no interior de São Paulo. (WILKINSON E HERRERA, 2008 s/p).

No caso da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, há especialmente a “Bunge [que] entrou no mercado sucroalcooleiro em 2008, quando adquiriu 80% da Usina Santa Juliana, em Minas Gerais. [...], que produz apenas etanol. A consolidação de sua participação neste setor veio no final de 2009” (Economia & Negócio, 2011).

A CNAA, Companhia Nacional de Açúcar e Álcool, que comandava as operações vendeu 83% das ações para uma gigante do petróleo: a British Petroleum. A empresa é uma das sete maiores do mundo no setor de energia e está presente hoje em 80 países. A empresa adquiriu as três unidades da CNAA, esta em Itumbiara, Goiás, e outras duas em Minas Gerais: uma em Ituiutaba, que está em funcionamento, e outra em Campina Verde, em construção. As três juntas ocupam mais de 60 mil hectares. (JORNAL ON LINE G1 2011).

Assim, é visível a perda de autonomia do Estado brasileiro sobre seu território e a dificuldade do acesso dos camponeses sem terra, o que acaba por beneficiar as multinacionais que encontram nessa região condições para o aumento e a ampliação de seus lucros.

DISPUTAS TERRITORIAIS E AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: (1990-2010)

Para entendermos as transformações agrícolas recentes na região de estudo é importante contextualizar as dinâmicas dos setores agro-químico-industrial-financeiro. A base de sustentação da produção agrícola empresarial utiliza-se de tecnologia sofisticada como a biotecnologia e agricultura de precisão e o uso de agrotóxicos, fertilizantes e defensivos agrícolas. O processo financeiro é a parte mais importante para o capital, é um

momento em que é exigido muita atenção principalmente para os gestores do capital especialmente no mercado financeiro internacional.

Vale a pena ressaltar que o nosso entendimento sobre o conceito de agrohidronegócio é uma ramificação do conceito de agronegócio. Por isso, defendemos a ideia de que “o sucesso do agronegócio não pode ser atribuído somente à sua fixação à territorialização e/ou monopolização das terras, mas também ao acesso e controle da água, assim como as demais etapas da cadeia produtiva, comercialização etc.” Thomaz Jr. (2010).

[...] é na rabeira desses negócios, no âmbito da agropecuária, mais especificamente com os produtos de exportação (incluindo o álcool, nos últimos três anos), que se realizam elevados investimentos também consorciados entre capitais nacionais e grupos estrangeiros/transnacionais, que, por sua vez, dão identidade à composição dos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros. Esses e suas *holdings* dominam direta ou indiretamente a produção das matérias-primas, a circulação, o processamento, o transporte, a distribuição, a produção de sementes etc. Com algumas recombinações, são os mesmos que se compõem com grupos transnacionais ou não, mas com sede no Brasil, para igualmente materializar seus interesses no setor de produção de energia, com a construção de hidrelétricas, mineração, exploração/destruição florestal. Além de estabelecer disputas internas entre si, por território, expõem em níveis de crueldade a desterritorialização de índios, quilombolas, pescadores artesanais, camponeses e assalariados rurais. (THOMAZ JR. 2008 p. 12)

A marcha expansionista do capital não se restringe à incorporação de novas áreas para o aumento da produção, mas também na busca pela água que seja de boa qualidade e que possa atender as necessidades hídricas dessa cultura. Assim, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tornou-se uma das regiões mais atrativas para esses investimentos.

Os capitalistas do setor tem encontrado na região do no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba terras com uma topografia plana, o que facilita a mecanização, além de uma logística de transporte adequada principalmente as rodovias que otimizam o escoamento da produção. Neste aspecto, temos como destaques a BR 262, que interliga diversos municípios do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba a Vitória, capital do estado do Espírito Santo e tendo o porto de exportação, sendo essa uma via de escoação da produção agrícola da região. A BR 262 está estrategicamente localizada como um dos principais corredores de acessos à região Centro-Oeste do país. Outra rodovia importante é a BR 050, que serve como meio de integração da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba com a capital federal Brasília ao porto de Santos, no estado de São Paulo, é também uma via de circulação e comercialização das mercadorias que são produzidas nesta região.

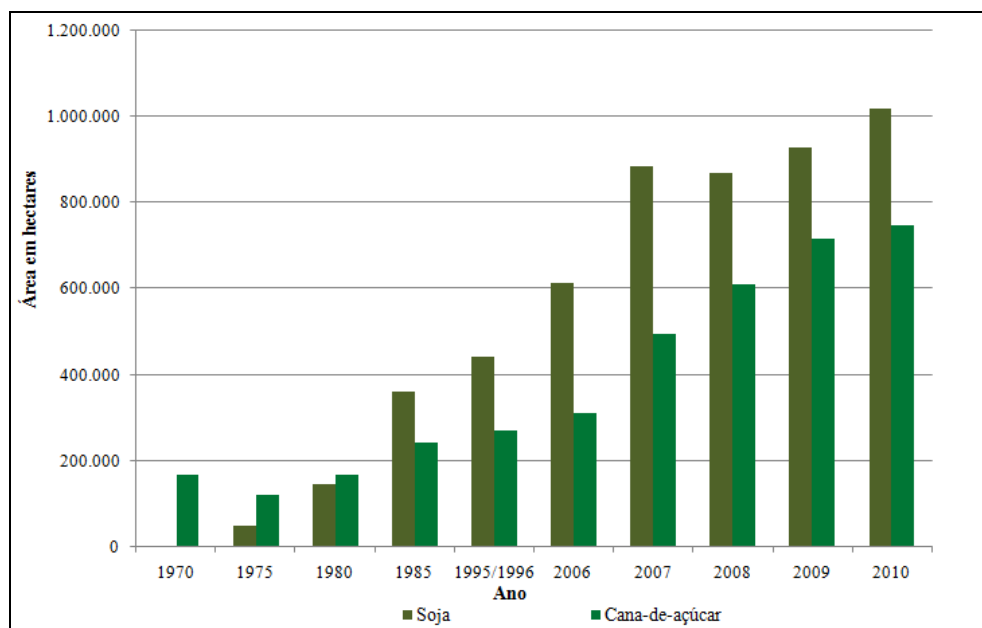
As condições climáticas favorecem o bom desempenho de espécies de gramíneas e oleaginosas contando principalmente com um ótimo índice pluviométrico e com uma

regularidade ideal para o bom desenvolvimento dessas culturas. O clima da região segundo a classificação de Koppen é o Cwa, ou seja, clima mesotérmico úmido com seca no inverno e chuva no verão. “A temperatura média anual é de 22° C com um total pluviométrico de 1500 mm/ano, e presença de uma estação seca bem definida de maio a setembro.” (Lima, Rosa, Feltran Filho, 1989).

Constata-se, portanto que o elemento que faltava para atrair mais investimentos, ou seja, o retorno certo e lucrativo, era a apropriação da água. Investimentos públicos e privados para a construção de usinas hidrelétricas têm sido direcionados para esta região.

O capital se territorializa pela monopolização do território. Há uma disputa constante entre o agrohidronegócio sucroenergético ocupando novas áreas e o fortalecimento de áreas consolidadas, especialmente aquelas em que existe disponibilidade hídrica para a produção de produtos para exportação – *commodities*. A disputa por território ocorre entre a cana-de-açúcar, a soja e a pecuária bovina de corte (pastagens). A seguir apresentamos o gráfico 01, que representa a evolução da área plantada da soja e da cana-de-açúcar em Minas Gerais.

Gráfico 01 – Minas Gerais - Evolução da Área Plantada de Soja e Cana-de-açúcar 1970- 2010.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/Produção Agrícola Municipal, 2012.

Org.: FREITAS, R. L., 2012.

De acordo com o gráfico 01, nos últimos 30 anos, tivemos inúmeros investimentos, especialmente a partir da criação do Programa Nacional do Alcool - Proálcool. No entanto, a partir de 2005 os dados são anuais devido ao período de expansão canavieira regional, contando como principal financiador o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Esses investimentos no complexo sucroenergético foram decisivos para essa nova configuração territorial. Desta maneira, apontamos que um dos fatores para esse aumento vertiginoso de área plantada ocorreu graças aos investimentos do BNDES e a criação dos carros *flex fuel*. O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba se favoreceu graças à proximidade dos maiores centros consumidores de etanol do país, São Paulo e Rio de Janeiro.

Embora, esteja ocorrendo a disputa pela incorporação de novas áreas dos diversos ramos do agronegócio, por exemplo, a soja em Minas Gerais continua sendo a cultura que tem maior área ocupada. Ao analisarmos o histórico da área plantada da cana-de-açúcar iremos perceber que ela está em constante ascendência, e que segundo algumas previsões ela supere a área plantada de soja. Como exemplo, transcrevemos parte de uma notícia que comprova o conflituoso processo de expansão canavieira com os cultivos empresariais tradicionais. Na sequência apresentamos parte dessa notícia.

O SETOR AVANÇA SOBRE O TRIÂNGULO MINEIRO, MATO GROSSO DO SUL E GOIÁS

Apesar da queda dos preços do açúcar e do álcool no mercado internacional nos últimos meses os investimentos no setor sucroalcooleiro não param de crescer no país. Novas fronteiras são abertas para os canaviais, empurrando o gado para o Centro-Oeste do país e aumentando a disputa por terras entre os produtores de cana e grãos. Ainda com boa parte de sua produção concentrada em São Paulo, o país começa a ter um novo desenho agrícola por conta da expansão da cana. Triângulo Mineiro, Mato Grosso do Sul e Goiás são apontados como a nova fronteira para a cultura no Brasil. Outras regiões do Centro-Oeste também devem registrar expansão de área para cana, mas esses três Estados têm recebido o maior número de investimentos nos últimos meses. Grupos tradicionais e estrangeiros não priorizam seus investimentos em São Paulo. [...] Com a recuperação dos preços dos grãos, boa parte dos tradicionais produtores de soja e milho do país começa a se incomodar com a chegada da cana.

Essa disputa por terras e os desafios logísticos para o escoamento da produção sucroalcooleira são apontadas como uma espécie de barreira a ser vencida com a expansão da cana no país, segundo analistas de mercado. Algumas regiões produtoras de grãos e cana começam a impor limites para a expansão sucroalcooleira. O Estado de Goiás, por exemplo, está delimitando a atuação canavieira para evitar que a cultura avance sobre tradicionais áreas de grãos e pecuária. O Estado tem cerca de 60 projetos de construção de usinas registrados, com investimentos da ordem de R\$ 12 bilhões. A expectativa é de que apenas 20 projetos devam sair do papel.

Em agosto, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) aprovou a resolução número 003/2007, que estabelece limite de empréstimo em R\$ 10 milhões para cada produtor ou grupo empresarial do setor sucroalcooleiro.

Segundo Silva, a prioridade é financiar projetos de plantio de cana, não a expansão de usinas. Em Rio Verde, a prefeitura da cidade foi uma das primeiras a colocar restrições ao avanço da cana. Em Dourados, no Mato Grosso do Sul, os canaviais podem ocupar até 30% das áreas agrícolas da região. A região do Centro-Oeste é apontada como uma das principais para o avanço da cana no país. Contudo, os grupos enfrentam uma maior barreira logística para o escoamento da produção. Os alcodutos da Petrobras são apontados como principal saída para o escoamento do álcool para os portos do país. No entanto, os projetos ainda não saíram do papel. As discussões socioambientais também crescem, sobretudo quando a cana avança sobre o bioma amazônico. (Jornal Cana)

Conforme apresentado, a disputa territorial acontece no interior dos diferentes ramos do agrohidronegócio e o Estado fica no centro desses confrontos, intermediando os diversos interesses, como pode ser observado pela postura das prefeituras em estipular uma porcentagem mínima do território municipal.

No que diz respeito à pecuária de corte, temos observado que esta tem migrado para outras regiões do país, como norte (Rondônia e Pará) e nordeste (Maranhão e Bahia). Segundo o IBGE,

[...] houve diminuição de 20,7 milhões de hectares (26,6%) nas áreas de pastagens naturais. [...] o Sudeste passou a ter as menores [áreas de pastagens] concentrados em Minas Gerais (-6,4 milhões hectares,). Houve um pequeno aumento, de 1,7 milhão de hectares (1,8%), da área total de pastagens plantadas, porém ele não se deu por igual. A área cresceu 5,8 milhões de hectares (39,7%) na região Norte, sobretudo em Rondônia (1,9 milhão de hectares ou 75,8%) e no Pará (3,2 milhões de hectares ou 55,3%). Na região Nordeste, o aumento foi de 2,4 milhões de hectares (20,1%), concentrados no Maranhão (1,1 milhão de hectares ou 38,2%) e na Bahia (1,0 milhão de hectares ou 15,9%). Nas demais regiões, entretanto, verificou-se redução. (IBGE, 2010).

Por seu turno, o desempenho dos principais ramos do agronegócio no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba soja, cana-de-açúcar e pecuária de corte o panorama que se apresenta é de crescimento e incorporação de novas áreas para soja e a cana e uma estabilidade do número de cabeças do efetivo do rebanho bovino e uma redução considerável nas áreas de pastagens. Na sequência, apresentamos a tabela 1 sobre o desempenho dos principais segmentos do agronegócio no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Tabela 1 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Evolução dos principais produtos da agropecuária

Área (ha)	Ano					
	1995/1996	2006	2007	2008	2009	2010
Soja	395.034	663.021	5.442.54	520.846	556.195	595.705
Cana-de-açúcar -	92.575	251.920	290.237	381.804	467.258	492.440
Pastagem*	5 258 453	3.573.526	-	-	-	-

* Estes resultados representam a somatória de pastagens naturais e pastagens plantadas.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/Produção Agrícola Municipal, 2012.

Org.: FREITAS, R. L., 2012.

Dentre os cultivos agrícolas produzidos no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a soja é o principal produto de exportação sendo que a maior parte de áreas plantadas são de cultivos transgênicos, e que utiliza colheita mecanizada, além do uso intenso de fertilizantes e agrotóxicos. Já o aumento da área de cana-de-açúcar, se deve aos financiamentos produtivos realizados pelo BNDES, a partir de 2005, conforme se verifica no Gráfico 01.

Em relação ao efetivo de rebanho bovino em nível nacional, ocorre o aumento principalmente na região norte do Brasil. O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, tem ocorrido uma diminuição nas áreas de pastagens, mas ao mesmo tempo tem ocorrido uma significativa melhora na produtividade dessa gramínea. A principal finalidade do confinamento de bovinos é o abate (80%), seguida pela produção leiteira.

E para produzir tudo isso é importante ficarmos atentos aos recursos que são necessários, além da terra é preciso de água. Água essa que precisa ser de boa qualidade e possa ter em boa quantidade. Conforme Porto Gonçalves (2008),

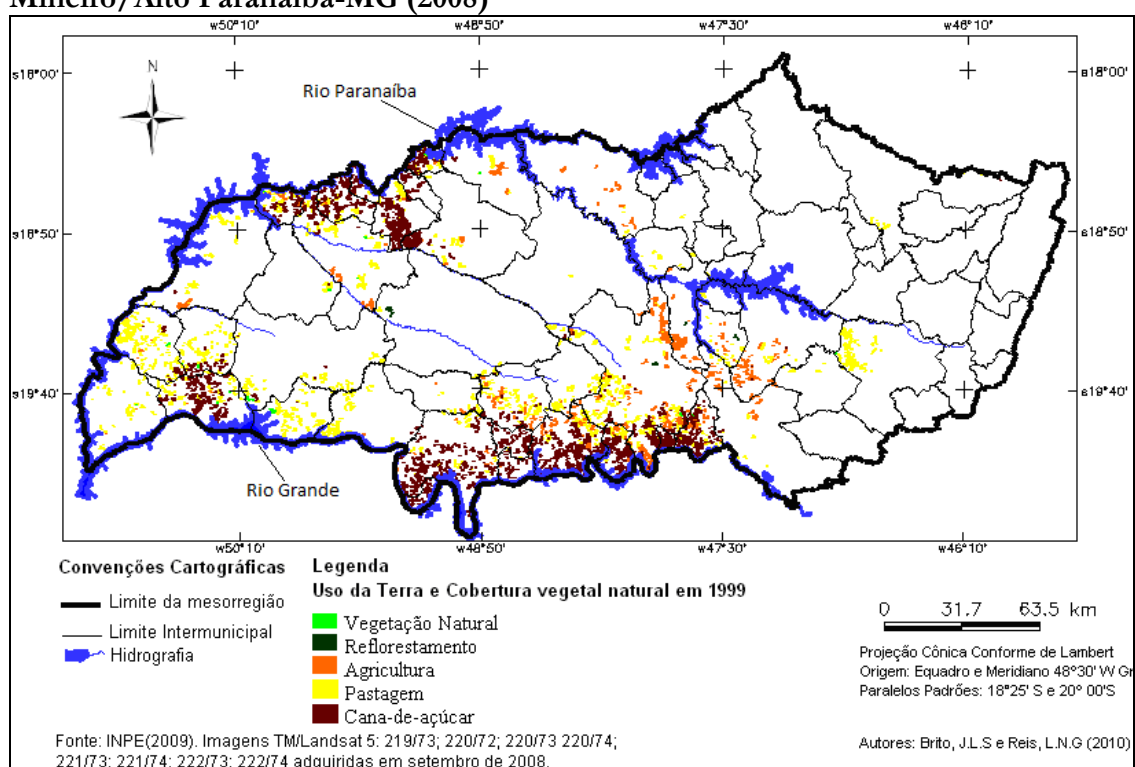
[...] Os conflitos quanto aos usos da água tendem, portanto, a se aguçarem no contexto de relações sociais e de poder desiguais que caracteriza o mundo contemporâneo. É preciso ficar atento porque, quanto à água, não será necessariamente sob forma de aquedutos ou de navios que veremos a água ser drenada das regiões e países periféricos para as regiões e países hegemônicos e, sim, pelo volume de grãos e de matérias semi-industrializadas numa geografia desigual dos proveitos para uns e dos rejeitos para a maioria (PORTO GONÇALVES, 2008 p. 198).

Desse modo, ao identificarmos o modo como água é expropriada pelo agrohidronegócio, é possível apontarmos uma das razões dos conflitos, gerados pelos diversos ramos produtivos. Água vendida pelas *commodities* produzidas pela agricultura empresarial é feita de maneira desordenada e avassaladora.

Ao mesmo tempo em que a inoperância do Estado, concomitante a essa situação é produzido o discurso da escassez da água em que;

[...] Nos marcos do pensamento liberal, hoje hegemônico, a água vem sendo pensada como um bem econômico mercantil a partir do conceito de escassez. Na medida em que algo é pensado (e instituído) como escasso, acredita-se, pode ser objeto de compra e venda, pode ser objeto de mercantilização, posto que ninguém compraria algo que é comum a todos por sua abundância, por exemplo, enfim, como algo que esta disponível enquanto riqueza para todos. Assim o discurso da escassez, prepara a privatização da água. Mais do que isso, a produz, pois como a própria palavra indica privatizar é privar quem não é proprietário privado do acesso a um bem. Enfim, a privatização produz a escassez. (PORTO GONÇALVES, 2008 p. 202).

Mapa 04 – Mapeamento do Uso da Terra na Mesorregião Geográfica Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG (2008)



Org.: BRITO, J. L. S.; REIS, L. N., (2010).

Adaptado por: FREITAS, R. L., 2012

Como podemos observar no mapa e 04, as lavouras de cana-de-açúcar estão localizadas nas proximidades dos principais rios e cursos de água, Rio Grande e o Rio Paranaíba e Rio Araguari. Nesses territórios é onde se concentram os conflitos, pois além da disputa pela terra, ocorre também o conflito pela água.

A forma como o agrohidronegócio se apropria da água e de certa maneira dominadora e destrutiva, é um aspecto que precisa ser colocado na pauta de nossas discussões. A quantidade de água utilizada para abastecer os complexos e sofisticados sistemas de irrigação é uma quantidade superior ao consumo de muitos países. É com o

apoio do Estado que é possível ser beneficiado, como a localização desses monocultivos próximo a cursos d'água, assim como, as represas de usinas hidrelétricas.

CAMPONESES X AGRONEGÓCIO: AS DISPUTAS PELO TERRITÓRIO

A partir da categoria de análise geográfica do território é possível compreender a dinâmica e a complexidade de relações, que se estabelece entre o agrohidronegócio e o campesinato. Existe no interior do desenvolvimento do capitalismo uma disputa territorial, e pela água que é outro componente importante para os novos embates.

A realização de Reforma Agrária no Brasil tornou-se uma ação emergente. Ação essa que defenda a bandeira da soberania alimentar e que estimulem além da produção promova as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Com a defesa da soberania alimentar, possibilitada pela Reforma Agrária, defendemos que é preciso retomar esse território da agricultura empresarial para a produção de alimentos. A monopolização da terra e da água, são os elementos que geram essas disputas, seja no interior do capitalismo ou no conflito de classes (agrohidronegócio e campesinato). Segundo Bruno (2008),

Importa ressaltar ainda que as disputas existentes nascem de contradições das condições sociais diferenciadas e nos remetem a visões de mundo distintas. São tensões referidas a lugares históricos desiguais que hoje afloram como desdobramento da constituição de velhos e novos processos sociais. [...]. (BRUNO, 2008, p. 85).

Com uma perspectiva diferente da lógica do capital, os camponeses lutam para conseguir uma pequena parcela de terra onde possam produzir alimentos para o autoconsumo, abastecimento interno e a sua comercialização em escala local e regional. Temos, então que os camponeses trabalhadores vivem em conflitos permanentes pela sua reprodução.

A produção de alimentos defendida pelos camponeses, movimentos sociais do campo, sindicato de trabalhadores, é aquela em que possa garantir a segurança e a soberania alimentar. Acreditamos que a questão central não é a falta de alimentos em si, mas a impossibilidade que os camponeses têm em ter acesso aos meios de produção e aquisição desses recursos. A partir disso, justifica a realização da Reforma Agrária articulada com a soberania alimentar, em que os trabalhadores camponeses desenvolvam o papel da sua reprodução social, assim como a produção de alimentos básicos é uma das possíveis saídas de combate à fome e a miséria.

É possível identificar as áreas em que se consolidam os projetos hegemônicos do capital, está presente a disputa territorial protagonizada pelos camponeses, com a realização de ocupações de terra. Embora os capitalistas se esforcem para tornar o território homogêneo materializado pela produção de lavouras comerciais os camponeses se tornam os elementos insolúveis e que dificultam e obstruem a monopolização completa pelo o movimento do capital.

Na maioria dos assentamentos de Reforma Agrária, a água utilizada pelos camponeses é tanto para o consumo quanto para irrigação de sua pequena agricultura. Geralmente a água é retirada de poços com pouca profundidade e que não possui um sistema de vazão eficiente, sendo que as perfurações de poços são realizadas por empresas particulares e têm um valor elevado. Assim, há um problema quanto a falta de recursos para o investimento dos camponeses para perfuração de poços, o que ocasiona dificuldades para o acesso a água. Os camponeses também necessitam de água para manter a sua sobrevivência e percebe-se que quem se beneficia pelas ações do Estado para ter acesso à água não são eles, e sim o agrohidronegócio sucroenergético. Para Thomaz Jr. (2010)

Em essência, a garantia da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital, isto é, a água historicamente vinculada ao acionamento dos pivôs-centrais e à irrigação das grandes plantações para exportação, num ritmo de destruição sem limites, como se notabiliza no Cerrado o “sangramento” das veredas e barramento de pequenos cursos d’água, da mesma forma que em praticamente todas as grandes regiões do país, o represamento de rios (reservatórios) para produção de hidroeletricidade. A interação entre terra e água não está somente para o capital, por meio de suas diferentes formas de expressão e espalhamento (de sistemas produtivos, de grandes extensões de terras cultivadas e acionadas por pivôs-centrais, represas, de canais de irrigação etc.), mas também para os trabalhadores, para os camponeses. No entanto, o cenário lhes é desfavorável, ou seja, estes, desprovidos ou com poucos recursos próprios e desprivilegiados das políticas públicas específicas para correção de solo, plantio, comercialização, irrigação, ou ameaçados e atingidos pelo processo de expansão do capital no campo, da mesma forma aqueles que estão submetidos aos mecanismos de exploração do trabalho, ou ainda as parcelas minoritárias que estão envolvidas em ações de resistência e reivindicam acesso a terra - e em menor medida acesso a água -, para produzir alimentos para subsistência e comercialização. (THOMAZ JR. 2010 p. 97)

É importante esclarecermos que nosso posicionamento não é contrário à produção de biocombustível, no entanto, estamos de acordo com os movimentos sociais, ONGs, que defendem a construção de um mundo sustentável com uma menor e emissão de poluentes, reduzindo assim os danos ambientais. O que de fato discordamos é a forma da estrutura produtiva que esta estabelecida nesse território em que se retira os lucros como recordes de safras antes nunca alcançados. O que resta nesse território são os impactos

ambientais irreversíveis, exclusão social e a fragmentação e a precarização nas condições de trabalho e de vida. Para Thomaz Jr. (2008),

O que está em questão não é se posicionar contraditoriamente às técnicas, mas sim aos pressupostos de sua utilização, objetivos e funcionalidade, diante da ordem metabólica do capital. Com os interesses à destruição dos ecossistemas, de desempregar a qualquer custo, para garantir o desenvolvimento das forças produtivas em nome do progresso, das técnicas, do aumento da produção de alimentos sob o argumento de barateá-los, sem que a sociedade e os trabalhadores possam criticar e democraticamente decidir, não é aceitável. (THOMAZ JR., 2008, p. 295).

Há um conflito entre os camponeses, promovido por meio de políticas públicas de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, Associação Internacional para o Desenvolvimento - AID, Organização Mundial do Comércio – OMC, Fundo Monetário Internacional – FMI e Organização das Nações Unidas – ONU. São esses organismos que tem desenvolvido e implantado suas políticas em países como o Brasil. A perspectiva de conflito ressaltada é no sentido da reprodução social do campesinato em que eles são impedidos de ter acesso a terra e a água, devido a políticas excludentes dessas instituições internacionais. E quando os camponeses têm acesso a esses recursos – terra e água - são em condições precárias.

É importante deixar claro que o conceito de conflito não se polariza somente entre o capitalista, usineiro versus os trabalhadores camponeses, é necessário ampliarmos esse conceito, e a partir disso compreendermos os detalhes das diversas relações. Desse modo, identificamos que dentro dos assentamentos rurais existem conflitos pela falta de infraestrutura e de criar as condições necessárias para garantir o acesso à água pelos assentados. Isso é resultado da má gestão oferecida pelo INCRA e a inoperância do Governo Federal em atender a demanda dos trabalhadores do campo. Assim, justifica-se a necessidade de colocarmos na pauta para possíveis apontamentos.

Realizamos uma visita ao assentamento Zumbi dos Palmares, no município de Uberlândia, com 22 lotes de aproximadamente 18 ha. Cada um. Na entrada do assentamento, foi colocado um *outdoor* de uma propaganda do Governo Federal referente ao fornecimento de água no assentamento. Existe um poço semi-artesiano de 70 metros de profundidade, já perfurado e com a bomba instalada. Dois reservatórios de água com capacidade para atender todos os lotes, bem como rede de canos centrais interligando este sistema. No entanto, essa infraestrutura não está em funcionamento pela falta da

canalização secundária, que ligaria os lotes ao sistema central de abastecimento, ou seja, apesar dos recursos já investidos a água ainda não chegou aos assentados.

A seguir reproduziremos entrevistas com os assentados, optamos por não divulgar seu nome.

“Aqui mora eu meu marido, minha filha e meu genro. Quem mais trabalha aqui no lote sou eu, o resto trabalha lá na cidade, porque se tivesse água tinha como todo mundo trabalhar junto aqui comigo. A água que nós bebemos a gente tira da cisterna e das criação [galinhas e gados] e as planta vem do córrego que passa lá no fundo do lote[...]. Foi preciso coloca uma roda de água para mandar a água para as parte mais alta. Quando a gente chegou aqui a gente produzia abacaxi, mas hoje a gente planta um hectare de maracujá, outro com mandioca, outro com guariroba, mais dois hectare com milho e mais meio com laranja e mexerica. A gente também cria umas galinhas e umas cabecinha de gado. Mas o problema é que a água não da para manter o gado no pasto pela falta de água, ai nos tem a dificuldade de ter um lucro maior”. (Entrevistada 01 - Assentamento Zumbi dos Palmares).

De acordo com a fala de um entrevistado, sua família fica impedida de obter um lucro maior e ampliar sua produção pela falta de acesso à água. Outro aspecto relevante é o fato de seus familiares terem que sair do assentamento para trabalhar no urbano, assim complementando a renda familiar. Esse não é o objetivo da Reforma Agrária, é preciso oferecer as condições para que toda a família possa trabalhar e viver com a renda que consegue retirar da terra.

Nesse assentamento tivemos outro depoimento que aponta,

“[...] A água significa para mim tudo, sem ela não tem vida. Para vocês vê, aqui no meu lote eu tenho 25 cabeça [total] de vaca e de boi, tenho mais uma roça de milho e outra ali de cana e o pasto. A minha produção de leite ainda é pequena, mas quero aumentar, porque quanto mais água a vaca bebe e melhor o pasto, mais leite ela dá. A gente faz 15kg de queijo mussarela por semana. É com o dinheiro da mussarela que eu consigo sobreviver com a minha família. Tenho uma mandala também ai somos integrados a associação de produtores rurais pelo sistema de mandalas. [...] Ai a venda é direta para o pessoal da cidade sem o atravessador que ficaria com a metade dos lucro. Pela falta dos canos para ligar o lote ao sistema principal de água no assentamento fica difícil produzir mais.” (Entrevistado 02 – Assentamento Zumbi dos Palmares)

Nessa fala é importante considerarmos o quanto o modo de vida camponês está ligado ao espaço vivido. A maneira como eles estabelecem a relação tanto com água como para a terra, é o que determina a preservação e o cuidado com o meio ambiente em que eles estão inseridos. A água é o elemento básico para a geração da vida seja ela vegetal ou animal. Para Fabrini (2010)

[...] os assentamentos de reforma agrária destacam-se como importante território camponês (fração do território) em que as novas e antigas sociabilidades são reavivadas e recriadas com a conquista da terra. Nos assentamentos, ergue-se um conjunto de saberes e conhecimentos

secularmente acumulados, ou seja, saberes que estavam sendo erodidos e perdidos com a expulsão e expropriação dos camponeses e que são recriados e recuperados como estratégias de existência pela resistência dos camponeses (FABRINI 2010 p. 82)

De maneira direta, se exerce um controle social destes camponeses, muitos deles organizados em movimentos sociais no campo, os quais são intimidados pelo Estado (Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Federal Exército e imprensa) com o uso recorrente da criminalização com o intuito de deixar ilegal uma luta que é legítima. Temos esses conflitos latentes e que em alguns momentos se rompe e tem como desdobramentos perseguições, ameaças de morte e assassinatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste trabalho tiveram como propósito discutir os rearranjos que são protagonizados por diversos grupos: o agrohidronegócio sucroenergético, os camponeses, o Estado, as multinacionais, dentre outros atores que estão envolvidos nas disputas tanto por território quanto por água.

A atuação dos movimentos camponeses é o que torna ainda mais complexa a problemática da questão agrária brasileira, embora os movimentos sociais rurais continuem realizando ocupações de terra, manifestações como ocupações de prédios públicos, acampamentos em margens de rodovias, caminhadas, passeatas e bloqueios de rodovias, além de ações contra a violência no campo.

Verificamos as diversas estratégias do agrohidronegócio sucroenergético em busca de sua territorialização. Além da corrida acelerada por terra, conta-se especialmente com investimentos estrangeiros, temos por outro lado pouca articulação do Estado brasileiro em definir normas para limitar a aquisição de terra pelas multinacionais e quando estados e municípios limitam essa área, não são respeitados. Portanto, entra na disputa com um destaque ainda maior a água e atraindo ainda mais o capital para sua maior ampliação. Vale questionar sobre os benefícios criados pelo Estado, como a construção de infraestrutura para abastecer os sofisticados sistemas de irrigação das lavouras comerciais do agrohidronegócio, rodovias para escoamento da produção, isenção de impostos etc.

Como vimos nos exemplos no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem ocorrido o avanço do setor sucroenergético sobre áreas de soja, uma das principais *commodities* de exportação, assim como em áreas de pastagens naturais, plantadas degradadas e em boas

condições. Outro aspecto que merece destaque diz respeito a proximidade das lavouras de cana-de-açúcar nos principais cursos de água e também das represas das usinas hidrelétricas. Essa constatação comprova o conceito de agrohidronegócio elaborado por Thomaz Jr (2010) que além da disputa por terra temos igualmente o conflito e disputa pela água.

Portanto, temos os conflitos entre camponeses e agrohidronegócio. De um lado, os camponeses necessitam de água para o autoconsumo e para irrigar a sua pequena agricultura de alimentos básicos, geralmente são produtos comercializados em escala local e regional. De outro, o agronegócio que utiliza água abundante, privilegiado pelo apoio do Estado.

Defendemos, ainda, que a realização de uma Reforma Agrária que seja articulada com a soberania alimentar e que sejam garantidas pelo Estado às condições de produção e reprodução do campesinato.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA Elétrica (Brasil). **Atlas de energia elétrica do Brasil** /. – Brasília: ANEEL, 2002.

BELIK, W.; SILIPRANDI, E. **Hábitos alimentares, segurança e soberania alimentar**. Disponível em: www.fef.unicamp-br/departamento/deafa/...evolucao_cap.20.pdf. Acesso em 9 nov. 2011.

BRUNO, R. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOMBARDI, L. M. O Papel da Geografia Agrária no Debate Teórico sobre os Conceitos de Campesinato e Agricultura Familiar. **Geosp**, São Paulo, v. 14, p. 107-117, 2003.

CLEPS JUNIOR, J. As ações dos movimentos sociais no campo em 2010. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; WICHINIESKI, I. (Org.). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. 1 ed. Goiânia: CPT - Comissão Pastoral da Terra, 2011, v. 1, p. 136-143.

DIAGNÓSTICOS de Impactos de grandes projetos em direitos humanos – Estudo de caso sobre a cana-de-açúcar (agronegócio/agroecologia) no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Minas Gerais. Coordenador: Frei Rodrigo de Castro Amedée Péret. Uberlândia, 2009.

FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A.. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. 1, p. 126-151.

FERNANDES, B. M. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; WICHINIESKI, I. (Org.). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. 1 ed. Goiânia: CPT - Comissão Pastoral da Terra, 2011, v. 1, p. 76-83, 2011.

_____.; WELCH, C. Campesinato e Agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: Bernardo Mançano Fernandes. (Org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. , p. 45-70.

FREITAS, R. L. de; CLEPS JUNIOR, J. . O Projeto Banco da Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. In: V Simpósio Internacional/ VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém/PA. **Anais do V Simpósio Internacional/ VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Belém-PA** : IFCH/UFPA, 2011. v. 5. p. 1-16.

GIGANTES do petróleo investem no álcool combustível brasileiro. Disponível em < <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2011/05/gigantes-do-petroleo-investem-no-alcool-combustivel-brasileiro.html>> Acesso em jan. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 12 jul. 2010.

OLIVEIRA, A. U. **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos**. XII Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideo. Abr. 2009. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area06/6194_OLIVEIRA_Arivaldo_Umbelino.doc. Acesso em: 20 de Jun. de 2009.

_____. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados, IEA/USP São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 1996. 164 p.

LA ROVERE, E. L.; OBERMAIER, M.; WILLS, W. ; CARVALHO, P. T.. **Perspectivas dos Investimentos Sociais no Brasil**: Etanol. 2010.

LIMA, S. do C; ROSA, R. e FELTRAN FILHO, A. Mapeamento do uso do solo no município de Uberlândia/MG, através de imagens TM/LANDSAT. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, n. 2, p. 127-145, dez./1989.

MAGALHÃES, M. O setor avança sobre o Triângulo Mineiro, MS e Goiás. **Jornal Cana**. 2009.

MAGOSSI, E. **Usina de etanol da Bunge abastecerá Norte e Nordeste**. Disponível em < [http:// economia.estadao.com.br/noticias/negocios,usina-de-etanol-da-bunge](http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,usina-de-etanol-da-bunge)>. Acesso em jan. de 2012

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, v. 11, p. 57-67, 2008.

MANUAL de conservação e reuso de água na agroindústria sucroenergética/ Agência Nacional de Água: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; União da Indústria da Cana e Açúcar; Centro de Tecnologia Canavieira. Brasília, ANA, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Luta pela Reapropriação Social da Água na América Latina. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular/Clasco, 2008, v. 1, p. 195-223.

REIS, L. N. G. **Mapeamento da expansão da cana-de-açúcar na mesorregião o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - MG por meio de Imagens TM/Landsat**. 2010. 53f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Instituto de Geografia, UFU/Uberlândia, 2010.

_____. ; BRITO, J. L. S. A expansão da cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo mineiro e Alto Paranaíba-MG. In: XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR. **Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil**: INPE, 2011. p.6650.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**. Presidente Prudente; NERA, Ano 8, n. 7 pp. 1-21 Jul./Dez. 2005

_____. "El campesinato como factor político". In: _____. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SAUER, S.; LEITE, S. P. A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil. **Carta Maior**, São Paulo, 20 dez. 2010. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17268> Acesso em jan. de 2012.

THOMAZ JÚNIOR, A. O Agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI. **Campo – Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 5, p. 92-122, 2010.

_____. Por uma cruzada contra a fome e o agrohidronegócio. Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada Eletrônica**, v. 9, p. 8-34, 2008.

_____. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletário? In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Por trás dos canaviais: os nós da cana**. 1ª ed. São Paulo: Anablume, 2002. p. 388.

_____. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletário? In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VIA CAMPESINA. **Declaración de los Derechos de las Campesinas e Campesinos.** 2009. Disponível em < www.viacampesina.org>. Acesso em jan. 2012.